

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ 2022
(Da bancada do PSOL)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Anderson Gustavo Torres, esclarecimentos sobre os resultados da investigação realizada pela *Forensic Architecture* (FA), em parceria com o *Climate Litigation Accelerator* (CLX), sobre a linha do tempo e os padrões de destruição e ameaças no território indígena Yanomami, devido a exploração da mineração de ouro.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, acerca dos resultados da investigação realizada pela *Forensic Architecture* (FA), em parceria com o *Climate Litigation Accelerator* (CLX), sobre a linha do tempo e os padrões de destruição e ameaças no território indígena Yanomami devido a exploração de mineração ilegal de ouro.

Destaque-se que as informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da Constituição Federal.

1. O Ministério da Justiça reconhece o avanço da violência e desmatamento nas Terras Indígenas Yanomami, identificado no estudo investigativo citado? Quais processos da FUNAI



acompanham os registros de violência e de dados de desmatamento na região? Solicitamos os documentos de comprovação.

2. Quais medidas estão sendo tomadas em relação ao avanço do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami? Os povos indígenas estão recebendo algum tipo de assistência da FUNAI quanto ao seu impacto? Solicitamos os documentos de comprovação.
3. É de conhecimento deste ministério o número crescente de pistas de pouso ilegais na terra indígena? Há alguma ação de monitoramento e fiscalização a fim de acuar o esquema de escoamento das minas por meio destas pistas próximas às aldeias? Solicitamos os documentos de comprovação.
4. Considerando que a investigação identificou contaminação por mercúrio no rio Uraricoera e, no mesmo rio, o estudo divulgado em agosto pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Evandro Chagas e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) verificou 57% de contaminação dos pescados, quais ações a FUNAI tomou e está tomando sobre a presença de mercúrio nestas aldeias? Já foram identificadas famílias contaminadas? Se sim, qual o procedimento adotado em relação a estas famílias? Solicitamos os documentos de comprovação.
5. Quais são as ações e planejamento que a FUNAI está executando para garantir a segurança nas aldeias que foram alvejadas e/ou ameaçadas nestes últimos quase quatro anos conforme identificou a investigação?



6. Este Ministério reconhece que, conforme comprovado nos estudos investigativos em comento, que as políticas adotadas pelo Governo Federal nos últimos anos incentivam a mineração de ouro em terras indígenas?

Justificativa

A investigação realizada pela FA (Forensic Architecture), da Inglaterra, e CLX (Climate Litigation Accelerator), dos Estados Unidos, aponta que a Terra indígena Yanomami, no leste de Roraima, viveu, nos últimos três anos, uma rápida disseminação da exploração da mineração de ouro e o consequente aumento da violência contra as comunidades.

Os dois centros de estudos apontam que as causas foram ações e omissões do governo Jair Bolsonaro (PL). A investigação e estudo "Mineração de ouro e violência na floresta amazônica", foi divulgado no início do mês de setembro e aponta que a mineração ao longo do rio Uraricoera dobrou com a chegada ao poder de Bolsonaro¹.

Segundo os pesquisadores, a partir de 2019, vastas extensões da floresta e comunidades indígenas que nela vivem foram sendo submetidas a crescentes violência "encorajados pela retórica e políticas do governo". A vila de Palimiu, no estado de Roraima, por exemplo, viu seis ataques violentos apenas em 2021. Segundo o estudo, minas clandestinas foram instaladas em áreas que deveriam ser preservadas por serem vitais para regular o clima local e do planeta, e essencial para combater as alterações climáticas.

¹ Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/gold-mining-and-violence-in-the-amazon-rainforest>



Em reportagem para a UOL Notícias no Brasil² sobre a investigação, os centros de estudo afirmaram que o foco foi a violência e na destruição ambiental ao longo do rio Uraricoera, o mais extenso rio do estado de Roraima, com cerca de 870 quilômetros. Lá, foram mapeados os ataques contra aldeias, dois deles à aldeia Palimiu, em 10 e 11 de maio de 2021, que conforme a investigação, foram realizados por garimpeiros e provavelmente integrantes da facção criminosa sediada em São Paulo PCC (Primeiro Comando da Capital).

Para avaliar a destruição ambiental, foram usadas imagens de satélite e técnicas de análise de sensoriamento remoto. Nas imagens é possível ver pistas de pouso ilegais, que alimentam um esquema de escoamento complexo de minas perto das aldeias que sofrem com a presença do mercúrio tóxico. Com base na localização das minas e nos padrões de crescimento e proximidade com as aldeias Yanomami entre 2016 e 2022, eles conseguiram perceber um avanço na atividade ilegal e do desmatamento.

Ao mesmo tempo, os pesquisadores analisaram as implicações das políticas e ações de Bolsonaro na administração em relação às taxas e padrões de desmatamento, bem como incidentes de violência contra o povo Yanomami. Concluíram, conforme afirmaram para a reportagem da UOL, que essas políticas buscam incentivar a mineração de ouro e minar a soberania indígena e que, portanto, as políticas de Bolsonaro afetaram a taxa de desmatamento e o número de ataques violentos.

Desde 2019, o governo adota políticas de incentivo ao ouro minerado em terras indígenas. Isso inclui: limitar as agências ambientais,

² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/09/06/garimpo-do-ouro-dobra-com-bolsonaro-em-ataques-a-terra-yanomami-diz-estudo.htm>





OS DEPUTADOS
Partido Socialismo e Liberdade
técnica

desfinanciar a proteção ambiental, reduzir multas por crimes ambientais e tentativas de legalização da mineração sobre indígenas.

Pelo exposto, urge que este Parlamento, os órgãos investigativos e a sociedade em geral, tenham acesso às informações e documentos aqui solicitados.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

Apresentação: 20/09/2022 15:55 - Mesa

RIC n.631/2022

